



CONTRIBUIÇÃO DA MULHER QUILOMBOLA NA LUTA PELA TERRA: NARRATIVAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA – MURICILÂNDIA-TO

Elaine da Silva Sousa ¹
Marciléia Oliveira Bispo ²

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo apresentar a contribuição da mulher quilombola no processo de luta pela terra da Comunidade Quilombola Dona Juscelina localizada na cidade de Muricilândia-TO. A comunidade se encontra em perímetro urbano às margens da TO-222 no norte do estado do Tocantins. Os seus primeiros habitantes chegaram à década de 1950 e, posteriormente, no ano de 1962 chega outro grupo de pessoas do qual Dona Juscelina fez parte. Esses grupos se organizam e reorganizam fundando as margens do rio Murici a cidade de Muricilândia e sendo “donos” das terras devolutas que integram a região. A partir da década de 1970, a comunidade perde seu território físico e desde então lutam por sua retomada. O percurso metodológico ocorre a partir de uma pesquisa qualitativa utilizando-se de procedimentos metodológicos como história oral e depoimento pessoal. O recorte espacial desta pesquisa é a Comunidade Quilombola Dona Juscelina e as mulheres são as participantes. Nesse sentido, afirmamos que as mulheres da comunidade tem papel de extrema importância no processo de luta pela terra e que estas são guardiãs de uma riquíssima memória coletiva.

Palavras-chave: Mulher, Quilombo, Muricilândia-TO.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo presentar el aporte de las mujeres quilombolas en el proceso de lucha por la tierra en la Comunidad Quilombola Dona Juscelina ubicada en la ciudad de Muricilândia-TO. La comunidad está ubicada en un perímetro urbano a lo largo de la TO-222 en el norte del estado de Tocantins. Sus primeros habitantes llegaron en la década de 1950 y, posteriormente, en 1962 llegó otro grupo de personas, del que forma parte Doña Juscelina. Estos grupos se organizan y reorganizan, fundando la ciudad de Muricilândia a orillas del río Murici y “propietarios” de los terrenos baldíos que componen la región. A partir de la década de 1970, la comunidad perdió su territorio físico y desde entonces ha luchado por recuperarlo. El camino metodológico se desarrolla a partir de una investigación cualitativa utilizando procedimientos metodológicos como la historia oral y el testimonio personal. Tener a la Comunidad Doña Juscelina Quilombola como recorte espacial y a las mujeres como participantes de esta investigación. En este sentido, afirmamos que las mujeres de la comunidad juegan un papel sumamente importante en el proceso de lucha por la tierra y que son guardianas de una memoria colectiva muy rica.

Palabras clave: Mujer, Quilombo, Muricilândia-TO.

INTRODUÇÃO

¹ Mestra em Geografia e especializanda em Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT) pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, elainesousa94@uft.edu.br;

² Docente do Programa de Pós- Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Tocantins - UFT, marcileia@uft.edu.br.



A luta pela terra é uma realidade das comunidades tradicionais do Brasil. O desejo das comunidades tradicionais por seu território e/ou pelo retorno ao/do seu território ancestral mobiliza todos e todas para os enfrentamentos necessários e novas estratégias. A luta pela terra que é abordada neste trabalho faz referência à luta da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

Localizada às margens da TO-222, a Comunidade Quilombola Dona Juscelina se encontra presente no perímetro urbano da cidade de Muricilândia-TO. Os primeiros moradores chegaram nesta localidade na década de 1950, seguidos de vários outros grupos. Em 1962 chega à localidade um grupo de pessoas, dentre essas, está Dona Juscelina, mulher quilombola e romeira, que é considerada a matriarca desta comunidade.

Quando estes grupos chegaram neste local, onde hoje é o município de Muricilândia-TO, encontraram terras devolutas e nelas começaram a produzir uma agricultura de subsistência até que, por meios ilegais, essas terras lhes foram tiradas.

Nesse cenário, a comunidade perdeu seu território e começou, desde então, uma luta para tê-lo novamente. Dessa luta, homens e mulheres, jovens e adultos, participam. Contudo, a presente pesquisa teve como objetivo apresentar a contribuição da mulher quilombola nesse processo de luta pela terra da comunidade.

O percurso metodológico ocorre a partir de uma pesquisa qualitativa utilizando dos procedimentos metodológicos como história oral e depoimento pessoal. Tendo a Comunidade Quilombola Dona Juscelina como recorte espacial e as mulheres como participantes desta pesquisa.

Em razão da pandemia da Covid-19³ o contato com as participantes desta pesquisa que se encontram na comunidade foram realizadas por meio de plataformas digitais, a saber a plataforma “Google Meet”, em que através do contato prévio com cada mulher foi marcado dia e horário de acordo com sua disponibilidade para uma reunião *online* em que cada uma teve liberdade de fala e autonomia sobre as questões levantadas durante cada conversa. Faz se necessário informar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

³ “A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que vivemos uma pandemia do novo coronavírus, chamado de Sars-Cov-2”. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

“A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves”. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em 21 de agosto de 2020.



TRAJETOS FEMININOS NUMA CONSTRUÇÃO PELAS BANDEIRAS VERDES

Na década de 1950 o atual estado do Tocantins ainda fazia parte do estado do Goiás e era conhecido como o norte goiano. Tocantins, um estado de grandes riquezas e pequenos investimentos, muitas histórias e inúmeras memórias. Naquela época, poucas pessoas, mas estas carregavam consigo grandes sonhos, desejos, profecias.

A busca por melhores condições de vida, de saúde, de trabalho, entre outras necessidades indispensáveis à vida sempre levou e trouxe pessoas para diferentes localidades e regiões do mundo, dos continentes, dos países, dos estados. Como também liberdade e autonomia dentro de suas próprias perspectivas conduzem grupos de pessoas, famílias inteiras para outras realidades.

O território concebido para muitos como lugar e localização passa por ressignificações que lhes são atribuídas no decorrer da caminhada. O trajeto como sendo deslocamento se faz carregado de mudanças que ocorrem dentro de um espaço e de uma temporalidade. Nele, a velha realidade é deixada para trás e uma nova é adquirida. No entanto, as características formadoras de um povo, um grupo e/ou uma comunidade nunca é perdida ou deixada, ela é transformada e reforçada.

Nesta perspectiva de trajetos e trajetórias, de acordo com Vieira (2001) e dentro das necessidades que as especifica:

Na década de 50 formou-se em Filadelfia, na divisa do Maranhão com o Goiás o grupo de *Romeiros de Padre Cícero* [...] de aproximadamente cem pessoas, lideradas por uma mulher, Júlia, que se dirigiu para uma região próxima de Araguaína, em Tocantins, local que atualmente ainda vivem remanescentes (VIEIRA, 2001, p. 97-98).

Um deslocamento realizado por meio da romaria trouxe para o despovoado norte goiano pessoas pelo viés religioso. São pessoas que buscam para si um local para que possam exercer sua liberdade e seu conhecimento tanto no viés religioso quanto nas atividades do campesinato. Esse grupo chega em 1952 em um local chamado Pé do Morro (VIEIRA, 2001) que é conhecido atualmente como sendo a cidade de Aragominas-TO.

A liderança do grupo é feita por uma mulher, segundo os relatos. Um grupo que se desloca pelo viés religioso da romaria de Padre Cícero. Procura pelas Bandeiras Verdes.

De acordo com Vieira (2001, p. 143), “a profecia das *Bandeiras Verdes* é atribuída ao Padre Cícero. Ele teria dito a seus fiéis que no *fim dos tempos* deveriam procurar as *Bandeiras Verdes*, que foram identificadas com *as matas amazônicas*”. Atribuído a elas,



temos a ocupação territorial e o aspecto religioso no norte goiano, no qual um possibilita a existência do outro, dando um direcionamento para a localidade em que o grupo deveria se dirigir, ou seja, “[...] as *Bandeiras Verdes* são definidas por uma localização espacial, são um lugar, [...] uma direção [...]. As bandeiras ficam para oeste, portanto, com a região da fronteira inexploradas, onde só existem as *matas*” (VIEIRA, 2001, p. 150).

Dessa forma, “a Amazônia Oriental tem se constituído em lugar de projeção de sonhos e esperanças para migrantes vindos de todos os lados, especialmente os nordestinos” (VIEIRA, 2001, p. 111).

A Amazônia Legal é compreendida como área de matas virgens, de grandes riquezas, um território livre para que se possa exercer liberdade, uma fronteira a ser alcançada e ultrapassada. O ponto final de caminhada. Lugar de paz. Território sem delimitações, e são estas características que os romeiros nordestinos encontram ao chegar nesta região.

Em 25 de outubro de 1961 por meio da Lei Nº 3.974, o Presidente da República João Goulart (1961-1964) autoriza o Poder executivo abrir crédito especial para a complementação das obras de implantação, construção e pavimentação da Rodovia Belém-Brasília (BRASIL, 1961) que liga o centro do país com o norte. Nestas condições de expansão, uma nova estrutura é criada no intuito de atender as demandas da capital e do capital para o cumprimento das políticas econômicas de crescimento.

As políticas governamentais de expansão são bem maiores e contam com grandes investimentos para esta área do Goiás, sendo também a área do Bico do Papagaio fazendo divisa com os estados do Maranhão e Pará. São criadas superintendências, projetos de desenvolvimento, fundos de investimentos entre outras diversas ações em que colocam instituições federais, estaduais e municipais num plano de desenvolvimento que caminha rumo à Amazônia Legal.

As mudanças refletidas ou direcionadas pelo capital chegam com o nome de progresso. Trazem em suas bagagens, modos diferentes e diversificados de realidade.

Para os romeiros, as Bandeiras Verdes. Para o governo federal, a Amazônia. Para os primeiros: paz, sonhos, encanto, liberdade. Aos segundos: fronteira econômica-agrícola-agropecuária. Os romeiros de Padre Cícero encontram terras livres, mas estas tendem a se tornar cativas. Ou seja, “[...] quando o homem passou a ser livre, a terra passou a ser cativa [...]” (OLIVEIRA, 2018, p. 35).

Conquistas e perdas passaram a fazer parte da paisagem do norte goiano. O território materializado nas áreas verdes da mata começou a ser disputado com voracidade. Medo revestido de obediência, violência no uso da “lei”, vida trocada em nome da resistência, o



desejo da terra livre como sinônimo de autonomia. Por um tempo para os romeiros, as terras eram uma certeza de lugar enquanto local e localização ao anoitecer e ao amanhecer, com o passar do tempo e a chegada do progresso, o lugar se transformou em local de dúvidas ao anoitecer e incertezas ao amanhecer. Para alguns, o ir e vir do sol se tornou carregado de medos. Uma vez que “o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro” (TUAN, 2013, p. 11).

“A lei que colocou em 1964 a faixa de 100 km ao longo das rodovias federais sob administração da União [...]” (SADER, 1986, p. 52) permite a proliferação de outros problemas. Nesta descrição, as cidades de Aragominas-TO e Muricilândia-TO, que estão à 43 e 63 quilômetros, respectivamente, da BR-153⁴ entram no território da disputa. São terras devolutas, tituladas ou que podem ser apropriadas. Independentemente, se tornaram mercadorias e agora, todos os meios de as fazerem privadas são usados e para isso “o mecanismo de grilagem foi o caminho escolhido para a apropriação privada das terras devolutas que já haviam sido incorporadas ao processo de produção pelo campesinato” (SADER, 1986, p. 156), e assim entendemos e sabemos que estas terras não eram devolutas, na visão dos romeiros elas eram livres e continuavam assim para que os homens também fossem.

Para cada história contada, um memorialista traz com sua fala e gestos, uma protagonista. Nos primeiros enredos aqui traçados é uma mulher que caminha com seu povo pelo viés religioso das romarias de Padre Cícero. Mas existe um outro lado que traz um outro enredo para esta região. Existem agora os grileiros que não são insetos, são “[...] arquitetos, advogados, jornalistas, e, cúmulo da ironia, juízes de direito” (SADER, 1986, p. 160).

Pela descrição, o norte goiano parece mais com um espaço que permite várias encenações de um mundo pouco provável, mas ele é real. Para tanto:

A memória oral resiste a esse saber que mais se aproxima da verdade por necessidade. O direito à narração alarga o debate sobre o vivido e conserva um mundo acolhedor de olhares geralmente impedidos de ascender à condição política (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 373).

Assim, no que é dito e no que não é dito, um novo mundo de acordo com suas próprias versões e concepções políticas, culturais e sociais é compreendido e entendido, mas nem sempre é aceito. São criadas, pelo grupo seletivo já mencionado, formas de expropriação da terra – grilagem, sendo de acordo com Sader (1986, p. 166):

⁴ “A rodovia recebeu os nomes de Belém e de Brasília pelo fato de estes se referirem a duas cidades que constituem seus extremos. Porém, é apenas um nome popular, pois, oficialmente, nos mapas das rodovias tocantinas consta a BR 153, rodovia Transbrasiliana, o que consideramos como um equívoco, uma vez que ela é a maior referência os tocantinos” (BRITO, 2016, p. 138).



[...] as mais sofisticadas são aquelas em que são necessários especialistas para falsificarem documentos [...], apoio de várias outras instituições públicas, como cartórios, organismos oficiais – como o INCRA e a SUDAM – apoio de juízes, advogados, escritórios de planejamento, força policial, enfim toda uma rede complexa que passa a girar em torno da grilagem.

E é por meio dessa rede complexa que os grupos que viviam pelo cultivo tradicional de subsistência são derrotados pela força de desenvolvimento econômico que veio do Centro Sul do país.

O espaço que abrigou a liderança de uma mulher e de seu grupo se transforma agora num território de conflitos permeados pela violência do poder. Com toda compreensão que nos é possível, podemos dizer que a forma de ocupação deste espaço revela de forma escancarada às várias roupagens que o capital nos permite enxergar. A perversidade e cumplicidade dos fatos são catastróficas, longe de serem naturais, mas tratados como sendo.

Nesta realidade, com trajetos realizados pelo viés da fé, um povoado não desiste, ele resiste, reinventa-se. Trazem em suas memórias a veracidade dos fatos que os tornam donos de uma espacialidade que foi construída pelo seu grupo, e juntos lutam por direitos que lhes foram tirados. Nesse meio, a construção da cidade de Muricilândia-TO junto da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, ou, da Comunidade junto da cidade acontece.

A chegada do progresso para a região do Bico do Papagaio implica na perda de território dos povos e/ou comunidades tradicionais. No tópico seguinte, compreenderemos o processo de construção e consolidação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

DA CONSTRUÇÃO FEMININA À COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA

No dia 20 de agosto de 1952 um grupo de sete homens liderados por João Paulino⁵ se deslocam de Aragominas/Pé do Morro para a área que hoje é a cidade de Muricilândia-TO (SANTOS, 2018). “Na colheita das roças o grupo de homens levou consigo seus familiares, sendo ao todo sete famílias e trinta e três pessoas, então se estabelecem definitivamente na localidade” (SANTOS, 2018, p. 76).

Uma década depois, mais especificamente em 1962, Lucelina Gomes dos Santos⁶ chega a Muricilândia-TO com sua família por meio de uma trajetória iniciada em “Nova

⁵ João Francisco de Sousa popularmente conhecido como João Paulino, nome que herdara da mãe que se chamava Paulina Conceição de Sousa, migrante nordestino, natural de Bertolina no Piauí, nascido no ano de 1920, exímio tocador de sanfona (SANTOS, 2018).

⁶ Matriarca da Comunidade Quilombola Dona Juscelina tendo como nome social Dona Juscelina. Nesta perspectiva, será usado seu nome social nestes escritos.



Iorque-MA⁷ e Pastos Bons-MA passando por Cristalândia-TO, Araguaína-TO e enfim ao Murici da Velha (Muricilândia-TO) (OLIVEIRA, 2018, p. 37).

Nas narrações de Dona Juscelina:

No cauro quando eu cheguei eu comecei a amansar o pessoal era muito brabo num tinha... Muricilândia começou crescer quando Lucelina chegou em pá com o João Paulino, daqui a Araguaína nois trabalhava com os prefeitos, o derradeiro que eu cuidei foi o Zeca Barros foi o pedido que eu truxe pra essa estrada que tem hoje a estrada foi pedido meu. Então quer dizer que eu comecei amansar. A igreja católica foi eu e o pai dele (pai de Manoel Filho) que mais esforcemos.

Eu caía dentro dessas matas até a beira rio, pedindo, quando eu subia nesse igarapé com três canoas cheias de tudo.

Vinha pessoal de Araguaína pra puder rematar, a consideração já era nossa. (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 05 de março de 2020)⁸.

Os relatos descrevem uma realidade com inúmeras dificuldades. Evidencia uma liderança que possibilita crescimento e desenvolvimento para a cidade em uma parceria com aqueles que já se encontravam ali. Dona Juscelina carrega consigo uma ancestralidade do cativo, em muitas de suas falas em espaços públicos, enfatiza com orgulho que sua avó era cativa.

No dia 13 de maio de cada ano é realizado na Comunidade Dona Juscelina o Festejo da Abolição, que segundo Santos (2018, p. 100) “esse foi o principal rito que proporcionou a certificação da comunidade como remanescentes quilombolas”.

A matriarca desta comunidade traz consigo, sendo neta de uma cativa, uma história de opressão, e junto da comunidade estabelecem relações territoriais que se estruturam a partir de seus saberes.

Em Ratts (2006, p. 59) “[...] quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o território [...]”.

Nascimento (1980, p. 32) reforça que:

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivências de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico-política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural.

Desde que chegou a Muricilândia-TO, Dona Juscelina tem contribuído de forma significativa para o crescimento do quilombo, e conseqüentemente, da cidade. Uma vez que são fundadores da cidade, o quilombo permeia na interface entre o rural e o urbano uma vez que “vale considerar que a cidade de Muricilândia deve ser concebida como a maior

⁷ Cidade onde Dona Juscelina nasceu em 24/10/1930 (OLIVEIRA, 2018).

⁸ Entrevista realizada em momento que antecede ao distanciamento social orientado pela Organização Mundial da Saúde em consequência da pandemia.



expressão de territorialidade tanto quantitativamente e qualitativamente” (OLIVEIRA, 2018, p. 124). É na cidade que a comunidade manifesta suas crenças e memórias, construindo seus territórios e se fazendo presente neste espaço.

O Festejo da Abolição ou Festa 13 de Maio teve seu início no ano de 1968, o mesmo acontece entre os dias 10 e 13 de maio. Dentro da Comunidade Dona Juscelina esta é uma festividade anual que movimenta toda a cidade.

Ser protagonista de uma festividade que faz parte da territorialidade de uma comunidade, rito que possibilita a certificação desta, é sem nenhuma dúvida, uma responsabilidade e um orgulho muito grande. *“A Lucelina tá contando 90 anos, mas a mentalidade ainda tem e graças a Deus tô enxergada de Brasília a tudo, na hora que eu chego sou enxergada [...]”* (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 05 de março de 2020).

Uma tarefa, segundo suas palavras, dada por seu tio permite que *“essa pouca figura”* se torne conhecida em todo o território nacional. Uma figura (figura 01) de muito respeito e muita sabedoria.

Figura 01 – Matriarca Dona Juscelina na realização do 46º Festejo da Abolição.



Fonte: Acervo do Neuza/UFT. (2019).



Nesse fragmento de texto exposto, identificamos inúmeras características da matriarca do Quilombo Dona Juscelina.

Então Muricilândia, era coitada, uma coitada. Mas a Lucelina chegou, nesse tempo era nova, eu enfrentava festa, eu fazia festa, tomava conta das enfrentantes do festejo, botava barraca [...]. Minha barraca era uma lindeza, tudo bem arrumadinho, aqui era cheinho de rapaz e moça.

Então minha comunidade, tem o meu pessoal que me acompanha, que tem e pode me ver numa necessidade que tá me socorrendo [...]. (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 05 de março de 2020).

Dona Juscelina não é só protagonista de sua história. Ela é protagonista da história de toda uma comunidade, uma cidade. No ano de 2012 recebe da Câmara Municipal de Muricilândia⁹ a concessão do Título de Cidadã Muricilandense pelos relevantes serviços prestados de resgate e incentivo da cultura e direitos quilombolas (Dados adquiridos em campo). Em 2016, ganha o Prêmio de Boas Práticas Humanas – Categoria VIII – Igualdade Racial, por meio da Secretaria de Cidadania e Justiça (Seciju) do Estado do Tocantins¹⁰. Em 2021, a Universidade Federal do Tocantins concede o Título de Doutora Honoris Causa para Lucelina Gomes dos Santos – Dona Juscelina¹¹.

TERRITÓRIO ANCESTRAL E A LUTA FEMININA

Dandara de Palmares, Anastácia, Aqualtune, Zeferina, Acotirene, Tereza de Benguela, Maria Aranha, Zacimba Gaba (DEALDINA, 2020) e tantas outras são exemplos de mulheres que lutaram por si, por suas companheiras, por seu povo, por sua comunidade. Essas e tantas outras que já se foram deram suas vidas em luta pelo direito a vida, à vida com respeito e dignidade.

A luta pela terra, desde sempre, no território brasileiro foi acompanhada de violência, violação e mortes. Com o passar dos anos, essa luta vem passando por remodelações e o cenário dos grupos minoritários e marginalizados continua o mesmo, em alguns casos têm se agravado mais ainda.

A história dos Quilombos no Brasil é referenciada pelo viver em partilha, compartilhando os saberes e o território, promovendo assim um uso coletivo da terra

⁹ Elevada à categoria de município com a denominação de Muricilândia, pela Lei Estadual nº 259, de 20-02-1991. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/muricilandia/historico>. Acesso em: 03 de julho de 2020.

¹⁰ Secretaria de Cidadania e Justiça certifica 35 iniciativas de proteção aos direitos humanos. Disponível em: <https://cidadaniaejustica.to.gov.br/noticia/2016/12/10/secretaria-de-cidadania-e-justica-certifica-35-iniciativas-de-protecao-aos-direitos-humanos/>. Acesso em: 03 de julho de 2020.

¹¹ Título de Doutora Honoris Causa é aprovado à Lucelina Gomes dos Santos (Dona Juscelina do Quilombo). Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/28927-honoris-causa-dona-juscelina>. Acesso em: 27 de março de 2021.



(DEALDINA, 2020). E foi isso que aconteceu no Quilombo Dona Juscelina até que chegassem de outras localidades fazendeiros munidos de documentações duvidosas que puseram fim, por este momento, à coletividade existente. Então, outra coletividade foi criada: a luta pelo território ancestral.

Dealdina (2020, p. 27) aponta que:

Os territórios quilombolas vêm resistindo ao longo dos anos a um quadro de total abandono no que diz respeito a políticas públicas, sem acesso a saneamento básico, direito de moradia adequada, políticas de educação escolar quilombola ou saúde.

A luta pelo território agrava ainda mais esse cenário. De acordo com o Decreto nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003), o Instituto Nacional de Colonização para Reforma Agrária (Incra) é o órgão encarregado por outorgar titularidade aos territórios quilombolas. O processo se inicia quando a comunidade já está munida da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescente de Comunidades de Quilombos emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), e encaminha para a Superintendência do INCRA do seu estado uma solicitação de abertura de processo para que tenha seu território regularizado.

O INCRA então, efetuará um estudo dando início a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território, depois o mesmo será divulgado e a comunidade poderá fazer suas observações e contatar o órgão e, posteriormente, depois de atendidas as eventuais solicitações publicará uma portaria de reconhecimento que delimita o território quilombola publicamente.

Existe no Brasil mais de 6 mil quilombos, alguns certificados pela FCP, outros titulados e muitos outros com processos abertos no Incra aguardando os passos que regularizam seus territórios. Percebemos que este é um processo de extrema importância para as comunidades quilombolas em geral, ele é necessário e exaustivo. Dealdina (2020, p. 29) enfatiza que “no papel, é um processo impecável; na prática, é uma burocracia sem fim”.

Já se tem uma década que o Quilombo Dona Juscelina recebeu a certificação pela FCP e logo iniciou o processo de aquisição do seu território ancestral junto ao INCRA. O mesmo ainda não tem seu território instituído, mas vem passando pelo processo de identificação, delimitação e demarcação (OLIVEIRA, 2018).

As mulheres sempre têm estado presentes nestas ocasiões uma vez que:

Nós, mulheres quilombolas, temos um papel de extrema importância nas lutas de resistência, pela manutenção e regularização dos nossos territórios. No quilombo ou na cidade, temos sido as guardiãs das tradições da cultura afro-brasileira, do sagrado, do cuidado, das filhas e filhos, das e dos grãos, da roça, das sementes, da preservação de recursos naturais fundamentais para a garantia de direitos.

Nos quilombos, os valores culturais, sociais, educacionais e políticos são transmitidos às e aos mais jovens pela oralidade. A mulher quilombola tem um papel fundamental na transmissão e na preservação das tradições locais; na manipulação



das ervas medicinais, no artesanato, na agricultura, na culinária e nas festas. São as mulheres quilombolas que desempenham um papel central, estabelecendo vínculos de solidariedade e transmitindo experiências (DEALDINA, 2020, p. 37).

Sem nenhuma dúvida, as festas da comunidade Dona Juscelina têm em sua liderança uma mulher que carrega saberes que ultrapassam cidades, estados e continentes. A fala da jovem quilombola Ludimila corrobora com essa afirmativa.

Realmente as mulheres estão em todos os espaços, é bem visível no Festejo né, porque às vezes a gente não fica ali e tal, lá em cima do palco, aquela coisa, mas se você precisa de uma informação é uma mulher que vai te dar e se você procura um homem ele vai chamar uma mulher pra te informar. Então é sempre assim, são as mulheres que alimentam, são as mulheres que organizam a questão da ornamentação, tudo tem a participação feminina, não tem como desvencilhar uma coisa da outra. (Protagonista Ludimila, 17 anos, entrevista cedida em 14 de agosto de 2020).

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras (Conaq) foi criada em 12 de maio de 1996 no Quilombo de Rios das Rãs, em Bom Jesus da Lapa, na Bahia (DEALDINA, 2020). A sua existência tem permitido que várias vozes fossem escutadas nos mais diversos e necessários lugares.

Durante uma audiência realizada no dia 10 de julho de 2019 na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no Maranhão, referente ao território quilombola de Alcântara, a coordenadora executiva da Conaq Célia Cristina Pinto, exteriorizou sua indignação:

[...] nós existimos porque nós resistimos. E essa resistência que nós trazemos conosco é de nossa ancestralidade, é dos nossos territórios, é de lá que nós tiramos resistência, por isso não vão dizer que eu, morando em uma agrovila, estou mais feliz do que no meu território (DEALDINA, 2020, p. 35).

O território é parte indispensável para a comunidade. Desde o fim do período escravocrata no país, a população negra vem lutando pelo direito de posse e uso do mesmo. Desde os griôs aos mais jovens, passando de geração para geração, a luta continua e nessa luta as mulheres têm se colocado cada vez mais em posições de destaque lutando pela comunidade.

Nessa amplitude, os relatos a seguir narram um pouco de como ocorreu e ocorre todo esse processo na comunidade, destacando a participação das mulheres a cerca dessa construção.

Aqui, graças a Deus a Dona Lucelina, o Manoel faz reunião e a gente tem lutado, mas tá assim tão devagar. Nós tem ali, tão fazendo uma sede pros quilombolas, o Velto [Erisvelto, atual presidente da ACQDJ] mas as terra nós nunca conseguiu, porque é difícil né pra gente conseguir essas terras, é muita democracia né, mas a gente tá na luta, a gente num perde a fé não. Nós já temos recebido muita visita, veio pessoal que mexe com as terra. Veio um rapaz, ele já veio aqui na minha casa umas duas vez, aí ele veio gravou eu falando negócio das terra aí é onde o Manoel, nós sempre fazendo as reunião, ele falou nas



reunião, mas tá difícil, tá devagar. (Grêd Dona Cícera, 69 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

Dona Cícera assinala que tanto a matriarca Dona Juscelina quanto o quilombola Manoel Filho realizaram/realizam reuniões com a comunidade a respeito das etapas do processo que é realizado pelo INCRA.

Eu acho que as mulheres são as que mais participam porque é um território aonde a gente tá correndo atrás e na nossa comunidade tem muitas mulheres assim guerreira, que querem trabalhar com hortas né, então elas têm projetos muito bom assim pra ser desenvolvido né, todas né através das hortas.

Então as mulheres, tem algumas que já estavam já sonhando né e correndo atrás, inclusive teve umas que procuraram até o Manoel Filho né porque elas falaram assim que tava demorando bastante né, que viu que com esse presidente novo as coisas não estavam caminhando né e aí elas procuraram o professor assim pra perguntar o motivo dessa demora né, só que ele falou: "não, mas com essa pandemia né, com essa pandemia tudo ficou mais difícil então é aguardar, é esperar né".

Mas assim eu vejo que as mulheres, quando elas querem e correm atrás sim, inclusive pra mexer com horta né. (Protagonista Betânia, 44 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020).

Fica evidente nesse relato da quilombola Betânia que o processo demora bastante e que durante todo esse tempo planos são traçados para que possam ser executados posteriormente.

Quando eu era presidente, o Hebert foi lá pra medir a terra, a gente viu o mapa todinho da comunidade mas chega certo ponto que alguns fazendeiros sei que não vão medir esforço pra não ter que dá essa terra pra comunidade, a área quilombola é bem grande, bem grande e eu acho que da maneira que for possível, se as mulheres, o quilombola enfrentar isso de cara a cara, botar a cara pra sofrer, vamos sim, mas é com muita luta.

É muita coisa, o mapa todo, é muito pedacinho de terra de muitos fazendeiros, agricultores e muitos ali não vão querer ceder os que eles têm entendeu, a não ser que o INCRA chegue a conversar, negociar um negócio bem resolvido, mas pra isso precisa a comunidade erguer a cabeça sabe e enfrentar, mas poucos, assim na comunidade é poucos que falam "eu sou quilombola e vou lutar por isso", outros tem medo né, aí nisso enfraquece a comunidade. (Protagonista Lucilene, 34 anos, entrevista cedida em 20 de outubro de 2020).

A neta da matriarca, Lucilene, esteve na presidência da ACQDJ durante os anos 2017 a 2018. Observamos que a comunidade têm dúvidas sobre a efetivação da titulação por parte do INCRA, e que o medo também faz parte da comunidade, mas a luta continua e muitas mulheres, principalmente, têm levantado essa bandeira.

As pessoas que correm mais atrás são mulheres, querendo ou não, é a gente que tá lá na frente. Dona Juscelina, com aquela idade, vai, busca e tem uma força que ela têm assim no coração dela mesmo de ter o que foi tomado da gente de volta. Então são mais as mulheres que buscam isso, eu acho que colocando cada dez pessoas que buscam, nove são mulheres, porque homens são muito pouco mesmo nosso presidente hoje sendo homem. (Protagonista Maria Idelvânia, 18 anos, entrevista cedida em 21 de outubro de 2020).



Percebemos na fala da jovem quilombola Maria Idelvânia a admiração que a jovem tem pela matriarca, relata que a idade não impede que Dona Juscelina lute pelo seu território e reafirma que as mulheres têm grande contribuição nessa luta que é de todas e todos.

Na realidade, eu acho que as mulheres sempre estiveram presente nessa luta pelo território, enquanto tudo acontece é elas que estão ali mesmo no silenciamento, no apagamento que ocorrem mas elas sempre estão aí.

E aí essa luta se inicia lá na expropriação das terras na década de 60[1960] porque as mulheres eram quebradeiras de côco, elas conheciam o babaçu como fonte de sustento né. Então as mulheres eram lavadeiras, as mulheres colocavam roças e assim, se desvencilhar dessa terra foi um processo sofrido, e eu tenho certeza que elas resistiram porque elas nos contam isso.

Então assim, desde lá elas tem resistido à não venda, à não obrigação da venda pra os grileiros e fazendeiros, a resistência na questão de eles chegaram aqui com documentos dizendo que as terras pertenciam a eles.

As mulheres sempre estiveram presentes e também agora no processo de demarcação territorial que a gente está desde 2010 e assim, que vem bem antes dessa luta que foi e que é e que tá sendo travada pelas mulheres no Quilombo Dona Juscelina.

São as mulheres as principais responsáveis por falar: "não pera aí, em tal lugar a gente quebrava babaçu em grupo", "pera aí, em tal lugar a gente passava pra ir a Araguaína. A casa de fulano era aqui. A cumade, ela colocou roça em tal lugar". Então as mulheres tem esse papel efetivo na construção da cartografia social, e no reconhecimento de onde elas pisaram, de onde tem esse vestígio, se morou um quilombola ali, de onde era a terra da comadre, do cumpadre.

Nós tivemos diversas pessoas aqui que contribuíram muito pra isso, principalmente as parteiras né, porque as parteiras elas percorreram esse território de "cabo a rabo" fazendo os partos de nossas mulheres e trazendo as nossas crianças ao mundo.

Então assim, Dona Juscelina nos seus 583 partos, ela percorreu todo o território principalmente. Então ela sabe onde era a casa de cada pessoa, onde ela ia e passava semanas, meses. Então assim, é lembrar que essas mulheres, elas tem história.

Às vezes, é tão tanto que a gente se diverte sempre nesses espaços de Encontros de Griôs onde tem o reconhecimento, fala: "pera aí, então vamos fazer uma mapa aqui onde era a casa de fulano de tal, como era a igreja", as mulheres dão em riqueza de detalhes essas informações.

Então é sempre muito gratificante elas falar onde tinha roça, onde pilava o arroz, até onde a vazão do rio chegava, até onde não chegava e elas dão datas, elas dão dias e horas precisamente e assim, as vezes os homens ficam chateados porque eles querem porque querem ter toda razão, mas não é assim que acontece e elas comprovam, falam: "pera aí, tem um pé de manga ali e lá naquele pé de manga sei que morou tal pessoa porque foi lá que eu tirei uma entrecasca do pé de manga pra fazer uma garrafada". A gente vai lá e ainda tem marcas que aquele pé de manga foi utilizado por aquela mulher. Então assim, elas comprovam e elas têm certeza do que dizem.

Na construção da cartografia, os jovens e as jovens tem ocupado esses espaços junto aos mais velhos e as mais velhas e assim as mulheres têm tido presença efetiva nesses espaços, mesmo aquelas que relutam em falar por medo de não serem ouvidas, elas têm se empoderado bastante pra falar, o que é muito gratificante.

Enquanto os jovens estão lá fingindo que desenham bem, desenhando os morros, desenhando o rio, desenhando as ruas, desenhando os "trieiros", desenhando os babaçuais, elas principalmente que nos dão norte, nos guiam por esse território que a gente sonha e principalmente luta em ocupá-lo novamente. (Protagonista Ludimila, 17 anos, entrevista cedida em 14 de agosto de 2020).



A riqueza de detalhes que as mulheres são capazes de apresentar e a forma que Ludimila fala deles e sobre eles, revela que é muito mais que ser quilombola e desejar seu território ancestral novamente.

A mulher quilombola nesse momento é detentora de um saber e uma vivência que nem mesmo o tempo consegue apagar. Ele está circunscrito na casca do pé de manga, no coco babaçu que foi quebrado, na criança que nasceu, no peixe que pescou.

A magnificência do relato que a jovem quilombola Ludimila apresenta vem de encontro com a fala de Dealdina (2020) quando ela ressalta o papel da mulher quilombola dentro da comunidade e também em outros espaços. Nessa perspectiva:

As mulheres quilombolas atuam como um acervo da memória coletiva; com elas estão registradas as estratégias de luta e resistência nos quilombos, os conhecimentos guardados e repassados de geração em geração. São diferentes formas de produção do conhecimento, através de uma diversidade de saberes, incluindo conhecimentos tradicionais e científicos. Dentre os papéis que desempenham está o de guardiãs da pluralidade de conhecimentos que emergem e são praticados nos territórios quilombolas (SILVA, 2020, p. 54).

As mulheres quilombolas não só são guardiãs da memória coletiva, elas são também memórias coletivas. Por onde passam carregam consigo uma trama de observações, indagações e conhecimentos. Cada uma exerce um papel fundamental no contexto da comunidade e encontram dificuldades particulares que em conjunto vão sendo ultrapassados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face de toda trajetória pela qual a comunidade é fundada, compreendemos que esta ocorre por meio da migração de pessoas de diferentes localidades, que quando se juntam, unem forças em prol de um bem comum como observamos na parceria criada entre Dona Juscelina e Seu João Paulino.

A união de grupos constrói uma comunidade liderada por uma mulher negra, romeira, parteira e nordestina que tem em seu trajeto de vida a resistência. A matriarca e todas as outras mulheres da comunidade são peças fundamentais e indispensáveis em todo processo de luta pelo seu território ancestral. São resistência em cada fala, em cada ato, em cada memória re-vivida. Estão indiscutivelmente territorializadas a partir de suas memórias e narrativas e, nesse sentido, lutam por um re-apropriação física.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Lei nº 3.974, 25 de outubro de 1961. **Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia** – Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás) o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00, destinado à complementação das obras de implantação, construção e pavimentação da rodovia Belém-Brasília, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13974.htm. Acesso em: 02 de julho de 2020.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 03 de julho de 2020.

BRITO, Eliseu Pereira de. **Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocantinense**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia. Goiânia, 2016.

DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**. vol. 19, n. 55, São Paulo, Sept./Dec. 2005, p. 367-376.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Izarete da Silva de. **Território e Territorialidade nos Limites do Rural e Urbano na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia – TO**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Araguaína: UFT, 2018.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial (SP) e Instituto Kuanza, 2006.

SADER, M. Regina C. de Toledo. **Espaço e Luta no Bico do Papagaio**. Tese (doutorado), FFLCH - Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo, 1986.

SANTOS, Katiane da Silva. **DO PASSADO AO PRESENTE: A Festa da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Araguaína: UFT, 2018.

SILVA, Givânia Maria. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

TUAM, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À Procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria - Movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2001.